

**No. 40047**

---

**Multilateral**

**Agreement on the issuance of multiple-entry visas for certain categories of persons.  
Brasília, 30 July 2002**

**Entry into force:** *1 October 2003, in accordance with article 7 (see following page)*

**Authentic text:** *Portuguese*

**Registration with the Secretariat of the United Nations:** *Community of Portuguese-Speaking Countries, 1 March 2004*

---

**Multilatéral**

**Accord relatif à l'autorisation de visa valable pour plusieurs entrées pour une certaine  
catégorie d'individus. Brasília, 30 juillet 2002**

**Entrée en vigueur :** *1er octobre 2003, conformément à l'article 7 (voir la page suivante)*

**Texte authentique :** *portugais*

**Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies :** *Communauté des pays de langue portugaise, 1er mars 2004*

<b>Participant</b>	<b>Ratification</b>
Angola	11 Jul 2003
Portugal	8 Aug 2003
Sao Tome and Principe	25 Sep 2003

<b>Participant</b>	<b>Ratification</b>
Angola	11 juil 2003
Portugal	8 août 2003
Sao Tomé-et-Principe	25 sept 2003

[ PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS ]

**ACORDO SOBRE CONCESSÃO DE VISTOS DE MÚLTIPLAS ENTRADAS  
PARA DETERMINADAS CATEGORIAS DE PESSOAS**

Considerando que um dos objectivos da constituição da CPLP é o de contribuir para o reforço dos laços humanos, a solidariedade e fraternidade entre os povos que têm em comum a língua portuguesa, pedra basilar da sua identidade, e nesse sentido promover medidas que facilitem a circulação dos cidadãos dos Estados Membros, no espaço da CPLP;

Considerando o interesse comum em prosseguir uma política de cooperação no sentido de estreitar cada vez mais os laços especiais de amizade que unem os Povos e Governos da CPLP;

Tendo em consideração o disposto nas Resoluções de Maputo e São Tomé sobre Cidadania e Circulação no espaço da CPLP;

Considerando ainda o disposto nos Comunicados Finais do V e VI Conselho de Ministros realizados, respectivamente em Maputo e São Tomé, no que se refere à Cidadania e Circulação de Pessoas no espaço da CPLP;

A República de Angola, a República Federativa do Brasil, a República de Cabo Verde, a República da Guiné-Bissau, a República de Moçambique, a República Portuguesa e a República Democrática de São Tomé e Príncipe, acordam o seguinte:

**Artigo 1.º**

Os cidadãos de um dos Estados Membros da CPLP, portadores de passaporte comum válido que sejam homens e mulheres de negócios, profissionais liberais, cientistas, investigadores/pesquisadores, desportistas, jornalistas e agentes de cultura/ artistas, ficam habilitados a vistos para múltiplas entradas em qualquer dos outros Estados Membros da Comunidade, com a duração mínima de um ano.

A permanência no território de qualquer um dos Estados Membros realizada ao abrigo do disposto no número anterior não poderá, salvo regime mais favorável previsto em legislação interna, ser superior a 90 dias consecutivos por semestre em cada ano civil, a contar da data da primeira entrada, prorrogáveis mediante apresentação do respectivo justificativo.

**Artigo 2.º**

Os cidadãos referidos no número 1 do Artigo 1.º poderão ser credenciados ou recomendados por instituições públicas e privadas sediadas nos Estados Membros da Comunidade.

Para efeitos do número anterior cada Estado Membro enviará aos demais Estados Membros uma listagem indicativa das instituições públicas e privadas, sediadas no seu território, competentes para emitir as credencias e recomendações.

Os serviços consulares dos Estados Membros deverão conceder os vistos objecto deste Acordo num prazo que não deverá exceder os sete dias.

**Artigo 3.º**

Os Estados Membros interessados em eventuais alterações ao presente Acordo, enviarão por escrito, ao Secretariado Executivo, uma notificação, contendo as propostas de emenda.

O Secretariado Executivo promoverá, num prazo máximo de 90 dias a contar da data da notificação, o início das negociações, dando conhecimento imediato ao Comité de Concertação Permanente.

O texto resultante das negociações acima referidas será encaminhado ao Conselho de Ministros para aprovação.

**Artigo 4º**

Cada Estado Membro reserva-se o direito de suspender temporariamente a aplicação do presente Acordo por motivos de ordem interna, de segurança nacional, de saúde pública ou obrigações internacionais, dando do facto imediato conhecimento aos demais Estados Membros.

A suspensão referida no número anterior produz efeitos a partir da data da recepção da notificação pelo Secretariado Executivo.

**Artigo 5º**

1. Qualquer Estado Membro poderá denunciar o presente Acordo, mediante notificação ao Secretariado Executivo que, por sua vez, comunicará de imediato aos demais Estados Membros.

2. A denúncia produzirá efeito 60 dias após a data da recepção da notificação.

**Artigo 6º**

As dúvidas resultantes da interpretação ou aplicação do presente Acordo serão resolvidas por consenso entre os Estados Membros.

**Artigo 7º**

O presente Acordo entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte à data em que três Estados Membros da CPLP tenham depositado na sede da CPLP, junto ao Secretariado Executivo, os respectivos instrumentos de ratificação ou documentos equivalentes que os vinculem ao Acordo.

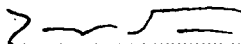
Para cada um dos Estados Membros que vier a depositar posteriormente, na sede da CPLP, junto ao Secretariado Executivo, o respectivo instrumento de ratificação ou documento equivalente que o vincule ao Acordo, o mesmo entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte à data do depósito.

**Artigo 8º**

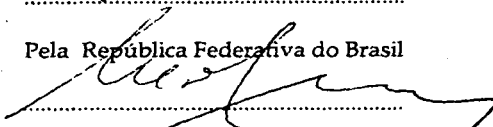
O texto original do presente Acordo será depositado na sede da CPLP, junto do Secretariado Executivo, que enviará cópias autenticadas do mesmo aos Estados Membros.

Feito e assinado em Brasília, a 30 de Julho de 2002

Pela República de Angola



Pela República Federativa do Brasil



Pela República de Cabo Verde



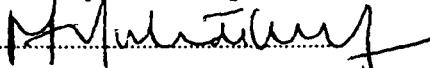
Pela República da Guiné-Bissau



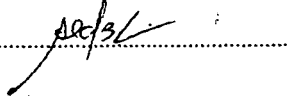
Pela República de Moçambique



Pela República Portuguesa



Pela República Democrática de São Tomé e Príncipe



[TRANSLATION — TRADUCTION]

AGREEMENT ON THE ISSUANCE OF MULTIPLE-ENTRY VISAS FOR  
CERTAIN CATEGORIES OF PERSONS

Considering that one objective of the establishment of the Community of Portuguese-speaking Countries, hereinafter referred to as CPLP, is to help strengthen the bonds of sympathy and the solidarity and brotherhood between the peoples who share the Portuguese language as the cornerstone of their identity and, to that end, to promote measures that will facilitate the movement of citizens of its member States within CPLP;

Considering the common interest in pursuing a policy of cooperation aimed at further strengthening the special bonds of friendship that unite the peoples and governments of CPLP;

Taking into account the provisions of the Maputo and São Tomé resolutions on citizenship and the movement of persons within CPLP; and

Considering also the provisions of the final communiqués of the fifth and sixth meetings of the Council of Ministers, held in Maputo and São Tomé, respectively, with regard to citizenship and the movement of persons within CPLP;

The Republic of Angola, the Federative Republic of Brazil, the Republic of Cape Verde, the Republic of Guinea-Bissau, the Republic of Mozambique, the Portuguese Republic and the Democratic Republic of São Tomé and Príncipe have agreed as follows:

*Article 1*

Citizens of member States of CPLP who hold valid common passports and who are businessmen or businesswomen, members of the professions, scientists, investigators or researchers, athletes, journalists or agents in the field of culture and the arts shall be entitled to multiple-entry visas, valid for at least one year, for any other member State of the Community.

Unless a more favourable regime is envisaged in domestic law, no stay within the territory of a member State under the provisions of the preceding paragraph shall exceed 90 consecutive days in a six-month period for any calendar year as from the date of first entry, renewable through submission of supporting documentation.

*Article 2*

The citizens referred to in article 1 may be accredited or recommended by public and private institutions with headquarters in the member States of the Community.

For the purposes of the preceding paragraph, each member State shall send the other member States a non-exhaustive list of the public and private institutions with headquarters in its territory which are competent to issue credentials and recommendations.

The consular services of member States shall issue the visas covered by this Agreement within seven days.

*Article 3*

Member States interested in making changes to this Agreement shall send a written notification containing the proposed amendments to the Executive Secretariat.

The Executive Secretariat shall encourage the opening of negotiations within 90 days of the date of notification and shall inform the Standing Committee for Consultation immediately.

The text resulting from the aforementioned negotiations shall be referred to the Council of Ministers for approval.

*Article 4*

Each member State reserves the right to suspend the implementation of this Agreement temporarily for reasons of public order, national security, public health or international obligations. In that event, it shall notify the other member States immediately.

The suspension referred to in the preceding paragraph shall take effect as from the date of receipt of the notification by the Executive Secretariat.

*Article 5*

1. Any member State may terminate this Agreement by notifying the Executive Secretariat, which, in turn, shall inform the other member States immediately.

2. Such termination shall take effect 60 days from the date of receipt of the notification.

*Article 6*

Any questions arising from the interpretation or implementation of this Agreement shall be resolved by consensus of the member States.

*Article 7*

This Agreement shall enter into force on the first day of the month following the date on which three member States of CPLP deposit their respective instruments of ratification or equivalent documents of accession to the Agreement with the Executive Secretariat.

For each member State which subsequently deposits its instrument of ratification or an equivalent document of accession to the Agreement with the Executive Secretariat at CPLP Headquarters, the Agreement shall enter into force on the first day of the month following the date of deposit.

*Article 8*

The original text of this Agreement shall be deposited with the Executive Secretariat at CPLP Headquarters, which shall send certified copies of it to the member States.

Done and signed at Brasilia on 30 July 2002.

For the Republic of Angola:

[ILLEGIBLE]

For the Federative Republic of Brazil:

[ILLEGIBLE]

For the Republic of Cape Verde:

[ILLEGIBLE]

For the Republic of Guinea-Bissau:

[ILLEGIBLE]

For the Republic of Mozambique:

[ILLEGIBLE]

For the Portuguese Republic:

[ILLEGIBLE]

For the Democratic Republic of Sao Tomé and Príncipe:

[ILLEGIBLE]



[TRANSLATION — TRADUCTION]

## ACCORD RELATIF À L'AUTORISATION DE VISA VALABLE POUR PLUSIEURS ENTRÉES POUR UNE CERTAINE CATÉGORIE D'INDIVIDUS

Considérant que l'un des objectifs de la création de la Communauté des pays de langue portugaise, ci-après dénommée CPLP, consiste à contribuer à renforcer les liens de sympathie, ainsi que la solidarité et la fraternité entre les peuples qui partagent la langue portugaise, clef de voûte de leur identité et, à cette fin, à favoriser les mesures facilitant le mouvement des citoyens de ses Etats membres dans les limites de la CPLP ;

Considérant l'intérêt commun qu'ils ont de conduire une politique de coopération visant à renforcer plus encore les liens spéciaux d'amitié qui unissent les peuples et les Gouvernements de la CPLP ;

Prenant en considération les dispositions des résolutions de Maputo et de São Tomé en matière de citoyenneté et de mouvement des personnes dans le périmètre de la CPLP ; et

Considérant également les dispositions des communiqués finals de la cinquième et de la sixième réunions du Conseil des ministres, respectivement tenues à Maputo et à São Tomé, en ce qui concerne la citoyenneté et le mouvement des personnes au sein de la CPLP ;

La République d'Angola, la République fédérative du Brésil, la République du Cap Vert, la République de Guinée-Bissau, la République de Mozambique, la République portugaise et la République démocratique de São Tomé et Príncipe sont convenues de ce qui suit :

### *Article premier*

Les ressortissants d'Etats membres de la CPLP, détenteurs de passeports normaux en cours de validité et qui sont des hommes ou des femmes d'affaires, des membres des professions libérales, des scientifiques, des enquêteurs ou des chercheurs, des athlètes, des journalistes ou des agents dans le domaine de la culture et des arts ont droit à des visas valides pour un an au moins et pour plusieurs entrées dans tout autre Etat membre de la Communauté.

A moins qu'un régime plus favorable ne soit prévu par le droit interne, aucun séjour sur le territoire d'un Etat membre en vertu des dispositions du paragraphe précédent ne peut dépasser 90 jours consécutifs au cours d'une période de six mois dans toute année civile, et ce à compter de la date de la première entrée, séjour renouvelable lorsque les documents à l'appui sont soumis.

### *Article 2*

Les ressortissants visés à l'article 1 peuvent être accrédités ou recommandés par des organismes publics et privés dont le siège se situe sur le territoire des Etats membres de la Communauté.

Aux fins du paragraphe précédent, chaque Etat membre envoie aux autres Etats membres une liste non exhaustive des organismes publics et privés dont le siège se trouve sur son territoire et qui ont les compétences voulues pour remettre des références et des recommandations.

Les services consulaires des Etats membres accordent les visas objets du présent Accord dans un délai de sept jours.

#### *Article 3*

Les Etats membres souhaitant amender le présent Accord envoient au Secrétariat exécutif une notification écrite faisant état des amendements proposés.

Le Secrétariat exécutif encourage l'ouverture de négociations dans un délai de 90 jours à compter de la date de la notification et en informe immédiatement le Comité permanent de consultation.

Le Conseil des ministres est saisi du texte issu des négociations susvisées en vue de son agrément.

#### *Article 4*

Chaque Etat membre se réserve le droit de suspendre temporairement l'application du présent Accord pour des raisons d'ordre public, de sécurité nationale, de santé publique ou d'obligations internationales. Dans cette éventualité, il en notifie immédiatement les autres Etats membres.

La suspension visée au paragraphe précédent prend effet à la date de la réception de la notification au Secrétariat exécutif.

#### *Article 5*

1. Tout Etat membre peut dénoncer le présent Accord en en notifiant le Secrétariat exécutif, lequel, à son tour, en informe immédiatement les autres Etats membres.

2. Cette dénonciation prend effet 60 jours à compter de la date de la réception de la notification.

#### *Article 6*

Tout problème touchant à l'interprétation ou à la mise en oeuvre du présent Accord est réglé par consensus entre les Etats membres.

#### *Article 7*

Le présent Accord entre en vigueur le premier jour du mois suivant la date à laquelle trois Etats membres de la CPLP déposent auprès du Secrétariat exécutif leurs instruments respectifs de ratification de ou de leurs documents équivalents d'adhésion à l'Accord.

Dans le cas de chacun des Etats membres déposant ultérieurement son instrument de ratification de ou un document équivalent d'adhésion à l'Accord auprès du Secrétariat exécutif au siège de la CPLP, l'Accord entre en vigueur le premier jour du mois suivant la date du dépôt.

*Article 8*

L'original du texte du présent Accord sera déposé auprès du Secrétariat exécutif au siège de la CPLP, qui en enverra des copies certifiées aux Etats membres.

Fait et signé à Brasilia, le 30 juillet 2002.

Pour la République d'Angola :

[ILLISIBLE]

Pour la République fédérative du Brésil :

[ILLISIBLE]

Pour la République du Cap Vert :

[ILLISIBLE]

Pour la République de Guinée-Bissau :

[ILLISIBLE]

Pour la République de Mozambique :

[ILLISIBLE]

Pour la République portugaise :

[ILLISIBLE]

Pour la République démocratique de São Tomé et Príncipe :

[ILLISIBLE]

